



# O retorno da universidade

**Marcelo Neri**

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV  
www.fgv.br/cps, cps@fgv.br*

Dinheiro não traz felicidade, mas, certamente, não atrapalha. O principal determinante observável isolado da renda é a educação. Os estudiosos do crescimento e os da desigualdade têm nos convencido, mais e mais, da importância da escola na vida das nações e das pessoas. No aspecto distributivo tivemos há tempos a oportunidade de aprender sobre o mérito da educação após o livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, de Carlos Langoni, lançado em 1973. Oportunidade que não foi então aproveitada. Na época, falar capital humano era comparável a falar focalização hoje, ou seja, um palavrão.

A analogia do capital humano com os outros tipos de capitais é precedente. É verdade que ativos reais, ou financeiros, não ficam desempregados, muito menos têm filhos, ou se aposentam, mas a comparação dos retornos é válida. Ao fim e ao cabo temos de colocar os ovos em alguma cesta, seja de produtos financeiros, seja na educação nossa de cada dia. No livro premiado *Strategic Asset Allocation*, John Campbell e Luís Viceira, da Universidade de Harvard, desenvolvem modelo de alocação de portfólio ao longo do ciclo de vida onde o capital humano é tratado como um ativo com propriedades particulares, mas colocado lado a lado dos demais.

No quesito particular de acesso à universidade, o Brasil é o país latino-americano com mais altos retornos — leia-se os diferenciais de salários entre quem vai à universidade e os demais. Apesar disto a parcela dos universitários na explicação da nossa internacionalmente famosa desigualdade é baixa, função do peso

dos portadores de diploma ser desprezível. Isto está começando a mudar. A taxa de crescimento da frequência ao nível superior foi de 26% entre as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 2001 e de 2003. O crescimento foi puxado pelas universidades privadas (30%) contra 15% das públicas. Hoje, quase 3/4 dos 4,4 milhões de pessoas que freqüentam o ensino superior no Brasil estão nas universidades privadas. É de se esperar no longo prazo uma redução da desigualdade como fruto do aumento da oferta de pessoas com diploma com curso superior, embora o aumento da população nesta faixa possa gerar um aumento da desigualdade no começo. Tal como a curva em forma de sino mencionada por Simon Kuznets em meados do século passado.

**Trajetória** — Um dos modelos mais populares em análises do retorno da educação são as equações *mincerianas* (de Jacob Mincer) de salário. Deste exercício aplicado ao Brasil contemporâneo, aprendemos que quando comparamos pessoas com o mesmo sexo, educação, região de moradia, raça etc., mimetizando a trajetória do ciclo de vida de uma mesma pessoa, o pico da renda de trabalho se dá aos 51 anos. Exercício semelhante aplicado à oportunidade de o indivíduo dispor de ocupação se dá dez anos antes, ou seja, aos 41 anos. O que notamos nas séries é que o formato das curvas em forma de sino com crescimento da renda e da chance de emprego sobe na juventude, atinge o ápice na meia-idade e decai daí para frente.

Agora a questão central é: qual o retorno relativo de diferentes carreiras universitárias? Avaliamos a partir dos microdados

## Retornos da educação

	Ranking geral	Ranking	Diferenciais de salários		Ranking	Chance de ocupação	
			Controlado (%)	Salário (2005)		Controlado	Probabilidade de estar ocupado (%)
Medicina (mestrado ou doutorado)	1	2	1.503	3.166,00	1	18,00	89
Medicina (graduação)	2	6	1.175	2.666,94	5	13,23	88
Administração (mestrado ou doutorado)	3	1	1.524	4.712,12	15	9,41	87
Econômicas e Contábeis (mestrado ou doutorado)	4	3	1.367	4.459,97	21	8,17	83
Engenharia (mestrado ou doutorado)	5	4	1.365	2.554,62	20	8,35	77
Direito (mestrado ou doutorado)	6	5	1.347	2.066,16	27	7,74	80
Propaganda e Marketing (graduação)	7	14	974	1.784,58	24	7,97	77
Ciências da Computação (graduação)	8	27	783	3.534,83	12	10,17	87
Arquitetura e Urbanismo (graduação)	9	24	847	1.145,30	19	8,47	83
Freqüente (mestrado ou doutorado)	10	21	864	255,46	40	5,85	52
Engenharia (graduação)	11	11	1.070	4.965,27	53	4,60	90
Direito (graduação)	12	20	896	1.416,12	44	5,52	66
Comunicação Social (graduação)	13	30	755	2.895,13	35	6,20	79
Psicologia (graduação)	14	36	676	1.512,05	31	7,07	72
Administração (graduação)	15	34	728	1.740,24	43	5,66	67
Letras (graduação)	16	51	476	1.533,48	28	7,69	73
Ciências Econômicas (graduação)	17	25	815	1.341,14	55	4,35	72
História (graduação)	18	57	400	1.204,44	23	8,01	72
Pedagogia (graduação)	19	52	453	2.897,94	32	6,80	86
Teologia (graduação)	20	61	286	1.999,91	56	4,13	79
Freqüente (graduação)	21	60	327	2.477,54	61	3,02	82
Ensino médio ou 2º grau	22	65	218	2.515,00	60	3,53	88
Não concluiu 2º grau	23	67	163	1.394,06	63	2,37	74
Freqüente – supletivo (2º grau)	24	68	146	526,25	62	2,61	40
Ensino fundamental ou 1º grau	25	70	135	695,90	64	2,20	70
Freqüente – pré-vestibular	26	64	221	831,26	77	1,43	63
Freqüente – supletivo (1º grau)	27	75	85	293,38	68	1,72	35
Não concluiu 1º grau	28	77	72	586,48	70	1,67	64
Antigo primário	29	78	71	756,92	74	1,64	48
Alfabetização de adultos	30	82	10	498,66	72	1,66	49
Freqüente – ensino fundamental	31	76	74	339,57	79	1,14	49
Já freqüentou e não concluiu – antigo primário	32	80	28	565,05	76	1,47	53
Freqüente – alfabetização de adultos	33	81	10	214,15	75	1,56	53
Nunca freqüentou	34	83	0		80	1,00	

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos Microdados do Censo 2000.

do Censo 2000, o impacto de diferentes cursos no desempenho trabalhista observado *a posteriori* para pessoas com o mesmo background inicial. O objetivo é indicar os maiores retornos econômicos do investimento educacional. Os melhores cursos em termos de salário são Mestrado ou Doutorado em Administração (MBAs ou DBAs), em Medicina e em Economia, os salários oriundos destes cursos são cerca de 1.503% maiores do que para quem nunca freqüentou a escola. Agora quando analisamos a probabilidade de conseguir um emprego, o líder disparado é o mestrado de Medicina cuja oportunidade de ocupação é 18 vezes maior do que os sem escola. A chance dos outros dois que estão no topo dos salários é a metade da observada nos doutores ao quadrado da Medicina.

O *podium* da ocupação é completado pelos graduados em Medicina e em computação — sinal dos tempos. No ranking dos salários dos ex-alunos de graduação, a liderança está para Medicina, Engenharia e Direito. O pior colocado é Teologia. O

que impressiona na série é a forte correlação dos rankings entre os níveis mais altos dos cursos e os resultados observados no mercado de trabalho. Por exemplo, cursos completos, apresentam salários maiores que cursos incompletos, seja no ensino fundamental ou no médio. Ou seja, a hierarquia dos níveis educacionais se espelha no ranking trabalhista. Mesmo no caso da alfabetização de adultos, o salário é 10% maior e a chance de ocupação 66% superior em relação aos adultos que nunca freqüentaram a escola. Desculpem-me os cétricos, mas educação é fundamental.

O Centro de Políticas Sociais disponibilizou no seu sítio na internet ([www.fgv.br/ibre/cps](http://www.fgv.br/ibre/cps)) um *software* amigável, onde cada pessoa pode inserir, entre outros, os seus dados pessoais como sexo, idade e local de moradia para obter um cenário a respeito do impacto da carreira escolhida sobre o salário auferido e a probabilidade de encontrar ocupação. Outro exercício disponibilizado se refere à perspectiva de jovens entre 18 e 30 anos freqüentarem o ensino superior. ▀

# Educação, qualidade e pré-escola

**Aloísio Araújo**

EPGE/FGV e IMPA

**Marcelo Neri**

CPS/IBRE/FGV e EPGE/FGV

Toda a moderna teoria do crescimento econômico e a pesquisa empírica associada tem nos convencido do mérito da escola na vida das nações. No aspecto distributivo tivemos há tempos a oportunidade de aprender sobre a importância da educação no Brasil, quando do lançamento, em 1973, de *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, livro seminal de Carlos Langoni, em 1973. Ele foi o primeiro a demonstrar com clareza e rigor as principais causas da desigualdade brasileira. Na época, o papel capital da educação identificado foi rechaçado por muitos. O Brasil parece agora ter aprendido a lição da importância da escola, isto é visível não apenas nas discussões acadêmicas como nos debates públicos. Hoje, se convidarmos especialistas, políticos, e mesmo leigos para apontar as principais determinantes da desigualdade, do crescimento e da pobreza teremos como resposta: educação, educação e educação, respectivamente. Atualmente, o diagnóstico educacional então ousado virou consenso.

A desigualdade está para o Brasil assim como a violência está para a Colômbia, ou a discriminação racial estava para a África do Sul. Nos encontramos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade. Estamos há pelo menos quatro décadas consecutivas no pódio do ranking mundial da iniquidade, assim como já ganhamos a copa do mundo da inflação de 1960 a 1995, superando inclusive a nossa tradicional rival neste campo: a Argentina. Tal como no caso da luta contra a inércia inflacionária, a luta contra a desigualdade inercial se dá inicialmente no redirecionamento das políticas do Estado. Agora é preciso evitar um populismo fugaz, isto é, ir além da focalização dos fluxos de gastos correntes. É preciso dar persistência ao foco, alterando os fluxos de renda futuros, que são outra expressão do estoque de riqueza hoje existente. A iniquidade inercial é um processo que pode (e deve) ser estancado através de melhorias na expansão e na qualidade do sistema de ensino.

A tese central de Langoni é que a interação entre a baixa oferta de mão-de-obra qualificada, aliada ao aumento na sua demanda impulsionada pelo crescimento ao ritmo do “milagre econômico” brasileiro, foram os principais responsáveis pela alta da desigualdade observada nos anos de 1960. Isto pode parecer nostalgia, mas é um pensamento que continua atual. De acordo com as últimas três edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a desigualdade brasileira começa a dar sinais de queda, nada de magnitude comparável ao aumento analisado por Langoni. A tese do mestre de diversas gerações dos chamados economistas sociais parece voltar a manifestar-se; a expansão do sistema educacional ocorrida na última década, aliada ao baixo crescimento da economia ao ritmo das chamadas décadas perdidas reflete, hoje, a imagem invertida no espelho da história contada por ele há mais de 30 anos.

**Seminário** — O fato é que após o trabalho de Carlos Langoni sucessivas gerações de estudiosos brasileiros se debruçaram so-

bre o campo de pesquisa aberto por ele no país. As análises sobre mercado de trabalho, educação e desigualdade ocupam lugar de destaque não apenas na agenda nacional, como colocam hoje o país em posição de destaque no plano internacional de pesquisa sobre bem-estar social. Como exemplo, o Brasil foi escolhido entre todos os países do mundo para sediar o *International Poverty Center*, ligado à Organização das Nações Unidas, por possuir notável massa crítica de pesquisadores sobre o tema. A Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE) reúne agora em novembro este contingente nacional, aliado a um conjunto de pesquisadores estrangeiros, promovendo dois seminários internacionais, com o apoio do Centro de Políticas Sociais, sobre “Qualidade de Educação” e “Educação na Primeira Infância”.

A mensuração, os determinantes e as conseqüências da qualidade da educação estão no centro do primeiro seminário. Com especial destaque sobre a queda na proficiência escolar observada no Brasil ao longo dos últimos dez anos. O *keynote address* do seminário cabe a Eric Hanushek, um dos maiores especialistas internacionais em Qualidade de Educação. O professor Hanushek, além de ter editado alguns *Handbooks of Economics of Education* — o último está prestes a sair —, conhece há tempos a experiência brasileira.<sup>1</sup> O primeiro encontro apresenta uma visão mais acadêmica, enquanto o segundo enfoca com mais amplitude o desenho de políticas públicas, incluindo outros temas relacionados à educação, como os retornos no mercado de trabalho, pobreza e cotas entre outros. Na oportunidade, a Fundação Getúlio Vargas, através de sua editora, fará justo tributo ao trabalho de Carlos Langoni com o lançamento da nova edição de seu livro e palestra em sua homenagem, a cargo de Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O segundo seminário coloca a educação na primeira infância no centro dos debates sociais brasileiros. O *keynote address* cabe a James Heckman cujos estudos e avaliações mais recentes têm salientado os altos retornos da pré-escola.<sup>2</sup> Heckman é a única pessoa a ter ganhado, em solo brasileiro, um prêmio Nobel, o de Economia, em 2000, que lhe foi comunicado no dia que proferia um *keynote address* em outro seminário organizado pela Fundação Getúlio Vargas. O seminário avalia o lado educacional de programas de transferências de renda condicionadas, contando com as presenças de Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e dos ministros Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Fernando Haddad, da Educação. Objetivo: discutir a nova geração de programas sociais brasileiros à luz dos resultados encontrados. ■

<sup>1</sup>Eric Hanushek publicou livro sobre avaliação de qualidade de educação no Nordeste rural (Ver entrevista nesta edição).

<sup>2</sup>Esta pesquisa é realizada em co-autoria com Flávio Cunha, da EPGE/FGV.